

## **Diário da Sessão n.º 003 de 09/12/04**

**Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente** (*Carlos Corvelo*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em matéria de Fundos Comunitários, o Programa do IX Governo Regional identifica, no seu Capítulo VII, o objectivo estratégico de aprofundamento da participação regional no processo de integração europeia com vista à maximização dos fluxos financeiros que, ao longo dos últimos anos, têm contribuído para apoiar o investimento global (público e privado) e o processo de crescimento e desenvolvimento da economia e da sociedade açoriana.

Nesse sentido, a legislatura que agora iniciamos cobre, em matéria de Fundos Comunitários, dois momentos de extrema relevância para o futuro dos Açores, associados, por um lado, ao encerramento do III QCA e, por outro, às negociações que nos permitirão auferir os apoios disponibilizados durante o próximo período de programação 2007/2013.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto ao 1º aspecto – encerramento do QCA III – colocam-se alguns desafios e alguns problemas que pensamos ultrapassar durante a legislatura.

Em primeiro lugar, e atendendo à complexidade e ao manancial de fundos e de programas que coordenamos e gerimos, põe-se o problema da sobreposição dos dois QCA, o III Quadro e o próximo período de programação. Nesse sentido, iremos desenvolver esforços que irão de encontro ao encerramento dos programas que são da nossa responsabilidade directa, o mais rápido possível, por forma a que essa sobreposição não se verifique e não surjam problemas como, por exemplo, termos que acelerar investimentos na fase inicial por forma a cumprirmos a regra N+2 e não perdermos.

Quanto ao PRODESA, que é o nosso mini QCA e que abrange a parte substancial dos fundos comunitários que gerimos, nós estamos perfeitamente descansados.

Temos um nível de execução que é o melhor dos programas nacionais. Em Maio do corrente ano isso foi determinado. A taxa de execução já aumentou em Novembro e situa-se à volta dos 60% de execução dos compromissos assumidos que abrangem em 78% o valor global do programa.

Após a reunião da Unidade de Gestão que vamos realizar ainda no corrente mês de Dezembro, esses compromissos chegam aos 95%. Portanto, chegamos ao fim de 2004 com a programação cumprida, com todos os compromissos assumidos e com uma taxa de execução que evidencia uma dinâmica muito clara e que nos leva a prever, no primeiro semestre de 2007, o encerramento do PRODESA, fundamentalmente na sua componente principal que representa 70% do programa que é o FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Ainda no âmbito do PRODESA vamos continuar a desenvolver acções de controlo de 1º nível, que são da nossa responsabilidade, por forma a garantir o máximo rigor na execução dos projectos e a cumprir e ultrapassar os 5% da despesa realizada, conforme exigem os normativos comunitários. Neste momento já fizemos controlo sobre 7 ou 8% dessa despesa para todos os fundos e vamos continuar a manter esse ritmo de controlo

numa unidade que temos, funcionando autonomamente dentro da unidade de gestão do PRODESA.

Também iremos acompanhar as metas estabelecidas para cumprimento do Programa e iremos acompanhar muito atentamente a actualização da avaliação intercalar que começa no próximo mês de Janeiro a ser feita na Região. No passado, essa avaliação intercalar, ao reconhecer as performances que o PRODESA atingiu, permitiu-nos obter uma reserva de eficiência de 42,6 milhões de euros e uma reserva de programação de 8,2 milhões de euros, valores esses que já foram reprogramados no conjunto do programa e essas percentagens que eu dei já incluem esses valores.

No que respeita ao Fundo de Coesão, que também é importante referir, porque é um dos programas que teremos que fechar até 2008, nós tínhamos uma verba indicativa de 22 milhões de euros no início do Quadro Comunitário. Conseguimos fazer aprovar investimentos na ordem dos 57 milhões de euros, fundamentalmente para 4 grandes projectos que vamos continuar a acompanhar com a máxima atenção (os aterros sanitários, que é um investimento autárquico das ilhas do Pico, São Miguel e Terceira, os portos de S. Roque e Praia da Vitória e a Aerogare Civil das Lajes).

Ainda no âmbito desde período de programação estamos a lutar pela aprovação do cais de passageiros em Ponta Delgada, projecto esse que já está entregue em Lisboa e que aguardamos a disponibilidade ou a transferência de verbas da componente ambiente para a componente transportes, no âmbito do Fundo de Coesão.

No INTERREG III B (Açores-Madeira-Canárias), projecto que também coordenamos em conjugação com as Regiões da Madeira e das Canárias, procederemos ao lançamento da 4ª e última convocatória em Abril/Maio de 2005 e continuaremos a acompanhar os 115 projectos aprovados, que consideramos constituírem um sucesso efectivo de cooperação entre as três regiões, regiões que viviam normalmente de costas voltadas. A partir deste programa, que nem em termos financeiros é muito significativo, conseguiu-se uma aproximação e uma cooperação nunca vista entre os Açores, Madeira e Canárias.

Este é um trabalho árduo, porque se há uma multiplicidade de beneficiários da Região, há uma multiplicidade de projectos de diferente natureza, com muito investimento material que temos que acompanhar com bastante atenção.

Acompanharemos ainda a execução dos programas LEADER, PDRU e PRAI.

Ao longo da legislatura seremos também responsáveis pela elaboração dos relatórios anuais e finais dos Fundos e programas da nossa responsabilidade directa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto ao novo período de programação 2007/2013, continuaremos a acompanhar, em todas as frentes, seja junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, seja junto da Direcção Geral de Desenvolvimento Regional e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, seja junto das instituições comunitárias, com a máxima atenção, o processo negocial que se encontra ainda difuso por uma série de opiniões.

Já estamos a acompanhá-lo ao nível de todos os departamentos do Governo com responsabilidade nessa área e estamos interessados em ver quais os resultados, por forma, tal como há um compromisso explícito da própria Comissão Europeia, a conseguirmos um valor idêntico ou superior àquele que obtivemos no III Quadro e que ascende, a preços de 2007, a um valor superior a 1.200 milhões de euros.

Em termos de articulação institucional, iremos ainda reforçar a nossa ligação com o Conselheiro Regional dos Açores na REPER e continuar a participar de forma activa no

trabalho e diálogo directo que a Conferência dos Presidentes das RUP's mantém com a Comissão Europeia, intensificando também o trabalho conjunto com as outras Regiões Ultraperiféricas.

Em 2005 e 2006 procederemos à elaboração do nosso Programa Operacional, que partirá da base de um Quadro Estratégico Regional que é inserido no Quadro de Referência Estratégica Nacional.

Este trabalho será desenvolvido tendo em atenção as Orientações de Médio Prazo 2005-2008, garantido assim a necessária coerência entre os dois instrumentos estratégicos mais importantes para o desenvolvimento futuro da Região.

Ainda no âmbito dos novos regulamentos comunitários, procuraremos negociar uma derrogação específica para situações de catástrofe relativamente à recuperação do parque habitacional (à semelhança do que já aconteceu em Itália, quando houve o sismo no Faial, em que conseguimos apoio comunitário para a reconstrução de habitação, designado por reconstrução de aldeias rurais), o apoio à aquisição de terrenos para preservação ambiental e a inclusão no Fundo de Coesão do apoio às infra-estruturas portuárias e aeroportuárias. As portuárias estão consideradas a partir de um determinado limite de capacidade portuária, mas as aeroportuárias não estão associadas às redes transeuropeias.

Iremos também desenvolver acções tendentes ao aproveitamento integral da nova regulamentação comunitária específica para as RUP's destacando a comparticipação dos custos de funcionamento na área dos transportes.

No âmbito dos "Grandes Projectos", contemplados no Regulamento Geral dos Fundos, procederemos à concepção e preparação de candidaturas associadas à aquisição de meios de transporte aéreo (renovação da frota da SATA) e marítimo com a aquisição de um "ferry-boat" que garanta a ligação inter-ilhas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estas são algumas das tarefas e os desafios mais importantes que nos propomos realizar e vencer no quadro da presente legislatura e referentes à coordenação e gestão dos Fundos Comunitários, reafirmando assim o reconhecimento que, ao longo dos últimos 8 anos, nos vem sendo dispensado por parte das autoridades nacionais e comunitárias e que é indesmentível face aos níveis de eficiência e eficácia alcançados na gestão dos créditos comunitários que nos foram concedidos e nos níveis de convergência que números ainda recentemente publicados evidenciam.

Muito obrigado.